



Brasília, 22 de abril de 2019.

100 DIAS DE DESGOVERNO BOLSONARO

Os primeiros meses do governo Bolsonaro são marcados pelo ataque sistemático e global aos direitos do povo trabalhador. Inexistem medidas para combater a recessão econômica, a austeridade neoliberal dá o tom e o corte de gastos públicos gera mais crise e desemprego. O governo anunciou o congelamento de salários do funcionalismo público e a interrupção dos concursos, acabou com a política de valorização do salário mínimo e enviou para o Congresso uma proposta de reforma da previdência que enterra definitivamente o direito à aposentadoria, além de acabar com a previdência pública, pois trata-se na prática, da destruição da Previdência Social, representada pela PEC 06/19, gerando maiores lucros pros bancos e prejuízos incalculáveis para o povo.

O governo Bolsonaro não parou por aí. Ataques aos sindicatos, como a MP 873/19, e às instituições públicas de ensino, com a extinção das funções gratificadas e o contingenciamento do orçamento para a pesquisa científica, retrocessos nas relações internacionais e nos direitos humanos, celebração da ditadura militar, acenos ao lobby da indústria armamentista e escândalos abafados que indicam suspeitas ligações da família Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro são apenas alguns exemplos do aceleradíssimo retrocesso em curso. Legítimo herdeiro da espiral de crise iniciada com o golpe de 2016, o governo Bolsonaro carrega no seu DNA o neoliberalismo radical e antinacional combinado com um perigoso autoritarismo de tintas fascistas.

Abre-se, portanto, uma nova fase da luta de classes no Brasil. Vivemos o mais amplo e violento ataque à classe trabalhadora, é preciso, portanto, derrotar o governo no conjunto da obra, antes que o patrimônio nacional seja destruído e gerações de trabalhadores e trabalhadoras sejam condenadas à miséria. Bolsonaro sabe que as organizações dos trabalhadores, seus movimentos, entidades e partidos, representam a mais sólida barreira ao avanço da barbárie. Devemos ter a mesma consciência e preparar o terreno para uma luta sindical de novo tipo: mais ideológica, apresentando uma visão universal e pluralista dos direitos, sabendo que o estreitamento da democracia não interessa aos trabalhadores e que o austericídio fiscal só beneficia os bancos e grandes empresários.

O enfrentamento à destruição da Previdência Social, proposta pelo governo, é o gancho mais importante para a disputa posta e, por isso, devemos lutar contra a destruição da previdência social, manifestada pela PEC 06/19. Derrotá-la é atingir o governo no seu coração, é articular uma luta de dimensões amplas, pois a reforma prejudica desde os jovens trabalhadores que ingressam hoje no mercado até quem já tem um longo período de contribuição, piora, em condições dramáticas, a situação das mulheres e promove, em um futuro próximo, um quadro grotesco de idosos indigentes,



recebendo abaixo do salário mínimo. Além disso, derrotar a reforma fragiliza os laços que unem o projeto autoritário de Bolsonaro aos interesses dos grandes capitalistas, reforça o debate sobre a necessidade de redução da desigualdade social e o combate aos privilégios dos ricos.

A FASUBRA já cumpriu um papel decisivo na luta dos trabalhadores e trabalhadoras em diversos momentos da história. É urgente, no entanto, atualizar sua plataforma, promover um reencontro entre a federação e os seus sindicatos de base no cotidiano, compreender as mudanças profundas que a nossa categoria passou nos últimos 15 anos, identificar suas demandas imediatas e aspirações e reforçar o papel das universidades na construção de um projeto de nação. Além disso, precisamos construir uma ampla unidade de classe: sindicatos, federações, forças políticas, centrais sindicais e entidades e movimentos da sociedade civil em uma única frente contra o governo.

Para dar cabo destas tarefas, é preciso organizar um calendário político que reforce o sentido de construção ampla, democrática e antineoliberal. A FASUBRA deve convocar encontros regionais e jogar peso na mobilização, impulsionar um fluxo de informações mais horizontal e veloz, incrementar os debates e a participação da categoria, em paralelo, reforçar os laços com outros setores organizados da classe, propor uma grande plenária dos trabalhadores em educação – um dos segmentos mais atacados pelo projeto bolsonarista - em diálogo com a CNTE, CONTEE, SINASEFE e Andes.

Por fim, é fundamental incorporar-se com peso a construção da luta unificada contra a destruição da Previdência Social, representada pela PEC 06/19, organizada pelas centrais sindicais, debatendo com a categoria e mobilizando rumo à greve geral do setor da educação, marcada para o dia 15 de maio. Ou colocamos a luta contra o projeto do governo Bolsonaro no centro da política e reconquistamos os corações para a solidariedade de classe, para a defesa da democracia e a universalização de direitos, ou as consequências da barbárie neoliberal e autoritária serão devastadoras para o Brasil.

Nesse sentido, o resultado da reunião ampliada entre a direção da federação e dirigentes das entidades de base reafirma que o grande eixo para a organização da categoria:

EIXO CENTRAL - RESISTIR PARA EXISTIR: Contra o projeto autoritário e antidemocrático do governo Bolsonaro – Queremos um Brasil solidário.

RELATÓRIO DA REUNIÃO AMPLIADA

Realizado nos dias 12 e 13 de abril, no Pavilhão Multiuso II – UnB - Brasília/DF

Entidades presentes: 32



SINTUFEJUF, ASUFPEL, SINTESPB, ASUNIRIO, SINTUFF, ASSUSFM, SINDIFES, SINTET-UFU, SINDTTAE/UFTM, SINDTIFES/PA, SINTFUB, SINTUFES, SINTUR-RJ, SINTUNIFESP, STU/UNICAMP, SINTUFEPE/UFPE, SINTEF/UFGD, ASSUFRGS, SINTUFRJ, ASAV, ASSUFBA, SINTUFS, SINTUNIFEI, SINTUFCE, ASSUFOP, SIND-UFLA, SINDS-UFES, SINTEST/RN, SINTEST-AC, SINTEMA, SINT-IFESgo, SINDIEDUTEC.

EIXO CENTRAL - RESISTIR PARA EXISTIR: Contra o projeto autoritário e antidemocrático do governo Bolsonaro – Queremos um Brasil solidário. Lutar contra a reforma da previdência de Bolsonaro, a retirada de direitos e os ataques às entidades sindicais

O primeiro dia:

A reunião iniciou com informe da Direção Nacional sobre as ações políticas realizadas até o presente momento. Em seguida foram dados os informes da coordenação jurídica e realizada uma rodada de informes das entidades de base, baseado nas solicitações feita pela DN.

Logo após o almoço a Direção Nacional, juntamente com os dirigentes das entidades de base, realizaram um ato e protocolaram junto ao MEC um ofício cobrando a abertura da reunião com o novo ministro da Educação para discutir a pauta da campanha salarial 2019. (of. abaixo)

No período da tarde foi feita a apresentação por parte da assessoria jurídica da FASUBRA sobre as ações da federação sobre a MP 873 e sobre a PEC 06 (reforma da previdência)

No segundo dia, foi debatido a conjuntura com ênfase na PEC 06 (reforma da previdência) e na MP 873. Em seguida foram apresentados os encaminhamentos e ações.

AÇÕES A SEREM FEITAS:

1 - Lutar contra a destruição da previdência social

- Não à PEC capitalista: contra a reforma da previdência
- Campanha junto aos deputados para votarem contra a PEC - DEPUTADOS ESTAMOS DE OLHO EM VOCÊS

2 - Luta contra a destruição dos sindicatos:

- Lutar contra a MP 873;
- Campanha junto aos deputados indicados para Comissão Especial de acompanhamento da MP 873.
PROPOSTA: DIA 13.05 DIA NACIONAL DE LUTAS COM ATOS E OU MANIFESTAÇÕES NO MUNICÍPIO ONDE MORA O PARLAMENTAR MEMBRO DA COMISSÃO MISTA MP 873.

3 - Luta em defesa das IPE:

- Defesa da Autonomia Universitária;
- Campanha pela Democracia das IPE: Reitor Eleito, Reitor empossado;



- Não à Lava jato da Educação.
Proposta: Construção de um Encontro Nacional do Setor da Educação.

4 – Campanha Salarial:

- Luta pela abertura de negociações com o MEC.

PROPOSTAS:

Realização do Encontro Nacional de Mulheres; (proposta apresentada é o mês de junho);

Realizar Plenária no final de maio;

Ver a possibilidade da realização dos encontros regionais;

Que a FASUBRA, quando avaliar a necessidade, chame uma representação das entidades de base para atuar junto com a Direção em ações em Brasília;

Fazer uma campanha audiovisual da FASUBRA e elaboração de nota a ser distribuída no Parlamento.

CALENDÁRIO DE LUTA

DIA 24.04 DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, com atividades dentro das IPE;

DIA 01.05 DIA NACIONAL DE LUTA UNIFICADO;

DIA 13.05 DIA NACIONAL DE LUTAS COM ATOS E OU MANIFESTAÇÕES NO MUNICÍPIO NO DOMICÍLIO DO PARLAMENTAR MEMBRO DA COMISSÃO MISTA MP 873/19;

DIA 15.05 DIA DE GREVE GERAL DO SETOR DA EDUCAÇÃO.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978



OF. 049 / 2019 – SEC

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

23000.010989/2019-83

Brasília (DF), 12 de abril de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Abraham Weintraub
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bl L – 8º andar - Gabinete
Brasília/DF

Senhor Ministro,

Tendo em vista a posse de Vossa Excelência, a FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil, que representa mais de 220 mil trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos em educação, ativos e aposentados das instituições Públicas de Ensino Superior no país, vem respeitosamente, cumprimenta-lo pela sua posse, ao tempo reafirmamos o ofício encaminhado ao ex ministro, Ricardo Vélez, no dia 29 de janeiro de 2019, de número 12, e solicitamos audiência para tratar temas referentes às instituições e apresentar a pauta de reivindicações da categoria.

Na oportunidade, a Direção Nacional da FASUBRA se coloca à disposição e aguarda retorno sobre a data para a referida reunião, o mais breve possível.

Saudações Universitárias,


Antonio Alves Neto

Coordenação Geral
Fasubra Sindical


José Maria Moreira Castro

RECEBI	
<input checked="" type="checkbox"/> ORIGINAL	<input type="checkbox"/> CÓPIA
Emitido em: 12/04/2019	
Número: 12-33	
	

SCS - Quadra 6, Bloco A, Lote 157 - 2º andar - Salas 205/207/208 - Edifício Bandeirantes - Caixa Postal 10818
CEP 70.300-910 - Asa Sul - Brasília, DF. Fones: +55 (61) 3349-9151/ 3349.1772/ 3349.4420/ 3349.4811
E-mail: fasubra@fasubra.org.br Portal: www.fasubra.org.br



Comissão Mista da Medida Provisória nº 873, de 2019.

Senadores Titulares:

Sen. Renan Calheiros (MDB/AL);
Sen. Marcio Bittar (MDB/AC);
Sen. Daniella Ribeiro (PP/PB);
Sen. Plínio Valério (PSDB/AM);
Sen. Lasier Martins (PODE/RS);
Sen. Juíza Selma (PSL/MT);
Sen. Weverton (PDT/MA);
Sen. Eliziane Gama (CIDADANIA/MA);
Sen. Otto Alencar (PSD/BA);
Sen. Lucas Barreto (PSD/AP);
Sen. Paulo Rocha (PT/PA);
Sen. Paulo Paim (PT/RS);
Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG);

Senadores Suplentes:

Sen. Simone Tebet (MDB/MS);
Sen. Luiz do Carmo (MDB/GO);
Sen. Ciro Nogueira (PP/PI);
VAGO;
Sen. Oriovisto Guimarães (PODE/PR);
Sen. Major Olimpio (PSL/SP);
Sen. Jorge Kajuru (PSB/GO);
Sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP);
Sen. Angelo Coronel (PSD/BA);
Sen. Arolde de Oliveira (PSD/RJ);
Sen. Rogério Carvalho (PT/SE);
Sen. Zenaide Maia (PROS/RN);
Sen. Jorginho Mello (PR/SC).

Deputados Titulares:

Dep. Caroline de Toni (PSL/SC);
Dep. Arthur Lira (PP/AL);
Dep. Fábio Mitidieri (PSD/SE);
Dep. Baleia Rossi (MDB/SP);
Dep. Luiz Carlos Motta (PR/SP);
Dep. Jhonatan de Jesus (PRB/RR);
Dep. Carlos Sampaio (PSDB/SP);
Dep. Paulo Pereira da Silva (SD/SP);
Dep. Bacelar (PODE/BA);
Dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP);
Dep. Enio Verri (PT/PR);
Dep. Wilson da Fetaemg (PSB/MG);
Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR);

Deputados Suplentes:

Dep. Elmar Nascimento (DEM/BA);
Dep. Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA);
Dep. Paulo Eduardo Martins (PSC/PR);
Dep. Eduardo Braide (PMN/MA);
Dep. Filipe Barros (PSL/PR);
Dep. Marcelo Ramos (PR/AM);
VAGO;
Dep. Augusto Coutinho (SD/PE);
Dep. Orlando Silva (PCdoB/SP);
Dep. Carlos Zarattini (PT/SP);
Dep. Bohn Gass (PT/RS);
Dep. Mauro Nazif (PSB/RO);
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS).

CCJ RETOMA VOTAÇÃO DE RELATÓRIO DA PEC 06/19 NESTA TERÇA (23)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados retoma a votação do relatório do deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), nesta terça-feira (23), em reunião deliberativa prevista para às 14h30. Na semana passada, a oposição mostrou força e conseguiu uma vitória: a votação



foi adiada por dois dias consecutivos após utilizarem de dispositivos do Regimento Interno, como questões de ordem sobre atas e demais trabalhos.

O relator reconheceu que pode alterar seu parecer já que não há acordo para aprovação e deve se reunir com as lideranças. Foram apresentados 13 votos em separado, contestando o parecer e questionando pontos da reforma que podem ser considerados inconstitucionais ou estão desvinculados da Previdência Social.

A PEC 06/19 é extremamente perversa com os trabalhadores e trabalhadoras tanto da iniciativa privada quanto do serviço público, em especial, os das camadas menos favorecidas. O texto retira da Constituição vários dispositivos que hoje regem a Previdência Social, transferindo a regulamentação para lei complementar. A proposta apresentada suprime direitos sociais conquistados ao longo dos anos e altera o sistema de repartição pelo de capitalização. A reforma tem o objetivo de reduzir despesas, mas não protege a população dos riscos sociais e aumenta as desigualdades.

A proposta de destruição da Previdência Social não promove a verdadeira reforma, mas apenas alterações nos benefícios. Ela desrespeita regras de transição de Emendas Constitucionais anteriores, cria contribuição ordinária progressiva e também a possibilidade de contribuição extraordinária do servidor, aposentado e pensionista. A PEC implica o fim da aposentadoria por tempo de contribuição para todos e todas. A tabela de contribuição (trabalhadores e servidores públicos) passa a ser construída por faixas, com alíquotas escalonadas e crescentes. Servidores públicos: alíquotas vão de 7,5% até 22%, contra atuais 11%. A idade mínima aumenta imediatamente para todos (as), em especial para mulheres, trabalhadoras rurais e professoras.

A FASUBRA Sindical continua lutando para barrar essa PEC que destrói a Previdência Social, acaba com a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras e orienta as entidades de base a acompanharem o calendário de mobilizações e continuarem a pressão nos estados para que os parlamentares da CCJ votem contra a proposta.

Com informações da Agência Câmara

FASUBRA PARTICIPA DO III ENE

A FASUBRA participou do III ENE, realizado na UnB em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de abril. O evento contou com diversos debates sobre a educação e os ataques do governo. A Direção da federação, entende que neste momento de ataques é fundamental participar e atuar de todas as frentes que



defendam os nossos direitos. Buscar a unidade nos diversos segmentos é fundamental para não deixarmos o governo entregar o patrimônio intelectual do país nas mãos dos tubarões da educação. **Segue abaixo o trecho da carta aprovada no encontro. Leia na íntegra na página da FASUBRA:**

O III Encontro Nacional da Educação reuniu mais de 1200 pessoas de todo o país para discutir os rumos da luta por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Mais do que em qualquer outro momento, foi um encontro marcado pelo reconhecimento de uma dupla tarefa para lutadoras e lutadores que atuam em defesa da educação pública e gratuita: avançar no debate de um projeto classista e democrático de educação e, ao mesmo tempo, resistir contra o programa da extrema-direita a serviço do capital.

Educadoras e educadores, estudantes, técnico-administrativos, funcionários, lutadoras e lutadores de todo o país se reuniram para discutir os desafios da luta em uma conjuntura marcada pela nomeação de um Ministro da Educação que tem experiência atuando em favor de banqueiros e especuladores, mas não tem qualquer acúmulo ou experiência na educação, pelo fuzilamento de uma família de negras e negros por forças militares, pelo crescimento assustador no número de feminicídios, por diversos ataques contra grupos LGBTQ, povos indígenas e quilombolas e a classe trabalhadora em geral e, finalmente, pela tentativa do atual governo de aprovar a toque de caixa uma nefasta Reforma da Previdência.

Abaixo segue o plano de lutas aprovado no encontro:

Plano de lutas

Além dos acúmulos para o projeto classista de educação, o III ENE avançou nas articulações necessárias para organizar a luta contra os ataques neoliberais da extrema-direita. Neste sentido, as nossas resoluções foram:

- Intensificar esforços para a construção de um calendário nacional de lutas e ações nos locais de trabalho, estudo e moradia para barrar a contrarreforma da previdência.
- Rumo à construção da greve geral para derrotar os ataques da extrema-direita.
- Construção de semana nacional de paralisação da educação em defesa da educação pública e gratuita, dos serviços públicos e contra a reforma da previdência.
- Defender o direito irrestrito de organização de lutas e movimentos sociais, manifestações e greves e lutar contra a criminalização de lutadoras e lutadores sociais.
- Manter a luta pela revogação da contrarreforma trabalhista, Emenda Constitucional 95/2016 e outros ataques que retiraram direitos da classe trabalhadora e resultaram na precarização dos serviços públicos.
- Aprofundar os esforços de luta contra o Projeto Escola sem Partido e em defesa da liberdade de cátedra e ensino, assim como continuar construindo a Frente Nacional Escola Sem Mordça como experiência unitária para defender um projeto classista e democrático de educação.



- Combater e denunciar a educação domiciliar reafirmando o projeto de educação como direito social básico que deve ser de responsabilidade pública.
- Combater o processo de militarização da educação.
- Defender eleições democráticas para escolha de dirigentes e combater todas as tentativas de eliminar a gestão democrática e a autonomia das instituições públicas de educação.
- Defender as escolas e a educação no campo, assim como o projeto de educação construído nos movimentos populares.

Sabendo que essa pauta não será realizada no nível atual de organização e consciência da classe trabalhadora e da juventude, afirmamos a importância do trabalho de base e a centralidade da unidade para que entidades e movimentos sociais avancem na luta contra a extrema-direita, em favor da educação pública e gratuita e por uma outra sociedade para além do individualismo imediatista, contra as opressões e para além do capital.

Calendário

- Semana de paralisação da Educação de 22 a 29 de abril de 2019, com ênfase no dia 24/04 como dia de greve da educação contra a reforma da previdência.
- 1º de maio unitário das centrais contra os ataques da extrema-direita.
- Por uma greve geral em maio (indicativo para 15 de maio).
- Construir o dia 28/06 como dia nacional de lutas contra LGTBfobia.
- Construir o dia 21/09 como dia nacional de lutas em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e de combate ao capacitismo

ABRIL	
24	Dia nacional de luta em defesa da Educação, com atividade nas IPE;
MAIO	
1º	Dia de Luta do Trabalhador: Dia Nacional de luta unificado contra a Reforma da Previdência e MP 873/19
13	Dia Nacional de Luta com atos e ou manifestações no município onde mora o parlamentar membro da comissão mista MP 873
15	Greve geral do setor da educação